



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 39959 - PE (2020/0078819-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECLAMANTE : SEVERINA MARIA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : LUIZ FELIPE LIMA DE MENEZES - DF058439
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CORRÉU : GABRIELLA RODRIGUES DE LIMA
CORRÉU : EDVALDO DA SILVA
CORRÉU : FLAVIO FELIX DA SILVA
CORRÉU : CLEBSON OLIVEIRA DA SILVA
CORRÉU : JONATAS LUIZ DA SILVA
CORRÉU : GIOVANE GOMES DOS SANTOS
CORRÉU : DOUGLAS OTACILIO MARTINS DE LIMA
CORRÉU : DIEGO OLIVEIRA DE ANDRADE
CORRÉU : FILIPE FERREIRA SALES
CORRÉU : LUIZ JUNIOR ALVES DA SILVA
CORRÉU : ISRAEL FERNANDES SILVA SOARES
CORRÉU : ADALBERTO ALVES DE ALMEIDA
CORRÉU : SIRLE DIAS GALVAO
CORRÉU : JOSE EDSON SANTOS
CORRÉU : EVERTON FERREIRA DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se de reclamação, com pedido liminar, ajuizada por **SEVERINA MARIA DA SILVA**, com fundamento nos arts 105, I, alínea f, da Constituição da República, e 187 do Regimento Interno do Superior Tribunal.

Informa a reclamante alega que a decisão impugnada foi em desconcontro com a recomendação do HC 556.965/PE:

"A reclamação volta-se a garantia da autoridade dos julgados dos Tribunais. No caso apresentado o MM. Desembargador, ao não apreciar o pedido da Paciente, foi em desconcontro com a própria recomendação deste Tribunal Cidadão, nos autos do HC nº 556965, sob Relatoria do Ilustre Ministro Ribeiro Dantas." (e-STJ, fl. 5).

Liminarmente, requer a suspensão dos efeitos do decreto prisional.

No mérito, pleiteia a confirmação da decisão precária.

É o relatório.

Decido.

De acordo com o art. 105, I, "f", da Constituição Federal, cabe ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, *"a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões"*.

No caso, verifique-se não haver afronta à decisão desta Corte.

Como se vê da própria petição inicial, este Superior Tribunal de Justiça, no *habeas corpus* n. 556.965/PE apenas reconheceu a inviabilidade de examinar o pleito liberatório, nesta instância, ante a vedação da supressão de instância. Confira-se:

"A Reclamante, Sra. Severina Maria da Silva impetrou Habeas Corpus nº 556965, neste colendo Superior Tribunal de Justiça –STJ, arguindo em síntese sua liberdade por excesso de prazo na formação da culpa nos autos do processo crime, que tramita na 3ª Vara Criminal de Olinda/PE, nos autos nº0011663-13.2015.8.17.0990. A Reclamante encontra-se presa por força de mandado no referido processo a mais de 03 (três) anos, sem sentença penal condenatória, além disso, os fundamentos da prisão preventiva utilizados em 2017 não trazem contemporaneidade ou fatos novos.

O pedido liminar urgente não foi concedido e informações foram solicitadas a autoridade coatora.

Neste interim, o mundo foi acometido pelo terror do novo vírus (COVID-19). Logo, **foi pleiteado a reconsideração do pedido em liminar, o que não foi conhecido pelo Eminent Ministro Relator Ribeiro Dantas, sob a fundamentação de que o pedido é intempestivo e que a matéria não foi submetida ao Tribunal de Origem.**

Diante disso, foi **impetrado Habeas Corpus junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, que conforme decisão anexa, não apreciou a liminar requerida, sob argumentação de que não poderia ser tratada no plantão judiciário, tendo em vista que trata-se de decisão antiga.** Como antiga? O pedido se embasa no perigo do vírus que assola o mundo recentemente!

Enfim, enquanto se discute procedimentos, uma vida corre risco e pede-se apenas a prestação jurisdicional prevista na constituição federal, direito de todo cidadão, além disso, conforme documento anexo a Reclamante faz parte do grupo de risco, frente ao novo Coronavírus.

Sem dúvida há presença dos requisitos do *fumus boni iuris* que se reveste na inobservância do desembargador plantonista quanto a urgência que requer o caso e os novos fatos, e o *periculum in mora*, está diante do eminente perigo de contágio do COVID-19 por parte da Reclamante que apresenta problemas graves de saúde." (e-STJ, fl. 4)

Com efeito, não é correto o argumento do reclamante no sentido de que houve descumprimento de *decisum* deste Órgão julgador. Ademais, sem adentrar no mérito propriamente dito da questão, a Corte local não se recusou a analisar os argumentos da ora reclamante, apenas reputou não se tratar de questão a ser analisada no plantão judiciário:

Entendo que o HC não pode ser apreciado em plantão judiciário, uma vez que, trata-se de decisão antiga, já tendo sido, inclusive, impetrado diversos HCs junto a este Tribunal, sendo o último de nº 547297-3, todos de relatoria do em. Des. Evandro Magalhães Mello.

"O art. 988 do Código de Processo Civil dispõe sobre as hipóteses de cabimento da reclamação, dentre as quais: preservar a competência do tribunal, garantir a autoridade das decisões do tribunal ou garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência, não se enquadrando a presente reclamação em tais hipóteses." (AgRg na Rcl 39.269/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/02/2020, DJe 17/02/2020.) Nesse sentido, de rigor a inadmissibilidade do pedido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, "a", do RISTJ, **indefiro liminarmente** a reclamação.

Publique-se. Intime-se.

Cientifiquem-se o Ministério Público Federal e o interessado.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator